



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 3, v. 1 mai.-out. 2015

p. 19-36.

A vulnerabilidade das existências ciborgues: apontamentos feministas para se pensar a condição humana a partir de acontecimentos jornalísticos

Eduardo Pereira Francisco¹

RESUMO: Este artigo realiza uma discussão acerca do conceito de pós-humanismo, da figuração ciborgue de Donna Haraway, assim como da noção de vulnerabilidade elaborada por Judith Butler. São sugeridas apropriações para se pensar condições e modos de vida na contemporaneidade a partir da análise de acontecimentos jornalísticos e a maneira com que repercutem na sociedade. Como método utiliza-se a revisão bibliográfica. Por fim, realiza-se a proposição de indicações metodológicas para se analisar coberturas jornalísticas com base nesses conceitos previamente discutidos.

PALAVRAS-CHAVES: pós-humanismo; ciborgue; vulnerabilidade; acontecimento jornalístico.

Abstract: This article holds a discussion about the concept of post-humanism, the cyborg figuration by Donna Haraway, as well as the notion of vulnerability developed by Judith Butler. Appropriations are proposed to think about human condition and living ways in contemporary society from the analysis of news events and the way they reverberate on society. As a method it uses the literature review. At the end, it is proposed methodological ideas for analyzing news coverage based on these concepts previously discussed.

Keywords: posthumanism; cyborg; vulnerability; news event.

Resumén: Este artículo realiza una discusión del concepto de posthumanismo, de la figuración cyborg de Donna Haraway, y de la noción de vulnerabilidad elaborada por Judith Butler. Son propuestas algunas apropiaciones para pensar condiciones y modos de vida en la contemporaneidad a partir del análisis de acontecimientos periodísticos y la forma como repercuten en la sociedad. El método es el uso de la revisión bibliográfica. En definitiva, es realizada la propuesta de indicaciones metodológicas para analizar la cobertura periodística basada en esos conceptos previamente discutidos.

Palabras clave: posthumanismo; cyborg; vulnerabilidad; evento periodístico.

¹Mestrando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom/UFBA). Graduado em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Faculdade Social da Bahia (FSBA). E-mail: eduardo.p.francisco@gmail.com.

Este artigo realiza uma apropriação da figuração ciborgue elaborada por Donna Haraway (1993; 1995; 2004; 2009). Se apropria também da noção de vulnerabilidade sugerida por Judith Butler (2004). O objetivo norteador é tentar responder por que algumas vidas parecem ter mais importância do que outras nas narrativas jornalísticas e quais as implicações disso na sociedade.

Em janeiro de 2015, um atentado terrorista à sede do jornal Charlie Hebdo, na França, resultou em 12 mortos e 11 feridos. No mesmo mês, um ataque do grupo extremista Boko Haram, na Nigéria, resultou entre 150 (segundo fontes oficiais) e 2000 (segundo os moradores)² mortos. Os acontecimentos receberam ampla cobertura midiática e repercussão junto ao público. Eles levantam uma reflexão acerca da diferença no agendamento pela opinião pública dos dois fatos, assim como dos seres humanos envolvidos, para além das discussões sociopolíticas já aguardadas sobre acontecimentos de tais magnitudes.

Numa rápida busca pela internet, é perceptível que o ataque na França recebeu uma cobertura mais ampla nos meios de comunicação que o outro na Nigéria³, assim como os desdobramentos de cada um dos acontecimentos seguiram numa proporção similar. Porém, diferentemente dos meios de comunicação tradicionais, percebeu-se uma movimentação distinta nas mídias sociais, principalmente no facebook. Lá se multiplicavam os questionamentos e os incômodos com relação às diferenças na proporção no agendamento dos acontecimentos. Inclusive, a partir dessa movimentação, alguns jornalistas e articulistas de sites noticiosos começaram a participar da discussão sobre essa diferença de tratamento dos assuntos e a se questionar sobre o próprio jornalismo⁴.

Os discursos circulantes nesses veículos noticiosos e através da interação do público nas mídias sociais se configuram enquanto objeto de pesquisa naturalmente pertinente ao trazerem um tema tão complexo em nossa sociedade. Essas enunciações sugerem uma inquietação com o jornalismo realizado até então.

No entanto, faltam o tempo e os recursos necessários para se realizar tal empreendimento neste artigo. Por isso, apenas é feita uma discussão teórica inicial levantada pelo assunto. A proposta é um mapa conceitual a alguém interessado em pesquisar, empiricamente, os produtos jornalísticos e

² Informações dos sites noticiosos G1 (<http://goo.gl/4zqSEv>) e BBC (<http://goo.gl/IsvrRE>). Acesso em 22 jan 2015.

³ Observação realizada pelo autor com base na leitura dos principais sites noticiosos e redes de TV, porém não aferida através de pesquisa empírica de Análise de Conteúdo.

⁴ Em sites como o El Pais Brasil e o Brasil Post é possível encontrar alguns exemplos realizando uma busca por palavras-chave ligadas aos atentados.



os acontecimentos instigantes de tal incômodo com relação à maneira como algumas vidas parecem receber mais atenção que outras na sociedade contemporânea.

Outros fatos cobertos pelas mídias jornalísticas ao longo de 2014 também podem ser explorados por levantar essas mesmas questões, como, por exemplo: a epidemia de ebola – enquanto a doença já se espalhava em alguns países dos continentes africanos, predominava na mídia brasileira apenas notícias pontuais sobre seu avanço. Tão logo ela começou a aparecer na Europa, assim como suspeitos de estarem contaminados com o vírus chegavam nos países e o risco de pandemia aumentava, o agendamento cresceu numa proporção incomparável a de quando a doença apenas estava restrita ao continente africano; seca do Sistema Cantareira em São Paulo – a falta de água no Sistema Cantareira, que abastece a região metropolitana do Estado de São Paulo, recebeu amplo agendamento midiático e as questões relacionadas a racionamento, economia, falta e abastecimento de água passaram a receber mais atenção dos analistas, assim como vários enquadramentos a disputar a opinião pública. No Brasil, a seca é um problema crônico na região nordeste, porém é conhecido como uma das responsabilidades mais relegadas pelo Estado ao deixar a população que vive, algumas vezes, em situações extremas de sobrevivência.

Como vem sendo discutido pelas teorias do jornalismo nas últimas décadas, é muito claro o papel dos critérios de noticiabilidade na formação da agenda midiática assim como os impactos gerados pelas teorias do agendamento e do enquadramento em suas proposições do jornalismo enquanto construtor da realidade. Grande parte dos acontecimentos referidos acima, por exemplo, receberam essas coberturas diferenciadas em decorrência desses valores-notícia, como os de morte, notoriedade, proximidade, inesperado (TRAQUINA 2013). Porém, ainda é desafiador compreender a natureza e a origem de tais valores, conforme já exposto em Seixas e Francisco (2014)⁵, que sugerem ser formados por saberes compartilhados social e culturalmente.

Conforme nos explica Traquina (2012), na cronologia histórica dos estudos em jornalismo, a última corrente teórica é a construtivista, composta por vertentes estruturalistas e interacionistas. No entanto, percebe-se uma deficiência nos estudos sobre jornalismo contemporâneo: o caráter desconstrutivista e crítico que algumas teorias pós-estruturalistas propõem, como algumas vertentes da teoria feminista ou da teoria queer, por exemplo, e que pouco são exploradas para se pensar o jornalismo.

⁵ Os autores realizam uma revisão teórica em que discutem a natureza dos critérios de noticiabilidade (seriam advindos da rotina produtiva do campo jornalístico ou da estrutura sociocultural?) e também como eles podem ser estudados de maneira concomitante ao agendamento e enquadramentos midiáticos.



Sugere-se que tais estudos possibilitam uma oportunidade de atualizar as teorias do jornalismo a partir de um ponto de vista feminista (no sentido de Haraway, conforme será mais explicado a frente). Eles também oferecem um amplo repertório de conceitos e categorias possíveis de ser operacionalizadas para se pensar acontecimentos contemporâneos a partir das narrativas jornalísticas.

É, na maioria das vezes, através do jornalismo que sabemos o que ocorre no mundo e é também a partir dele que grande parte do senso comum se sedimenta. Afinal, é o jornalismo o campo considerado como o fórum da sociedade e um dos principais formadores da opinião pública. Apesar das evoluções no campo da comunicação social proporcionadas pela tecnociência e pela internet com suas mídias sociais e fóruns virtuais, é ainda através do jornalismo que a maior parte da agenda pública é tecida, vide pesquisas como a de McCombs (2005)⁶.

Em grande parte, o status que o jornalismo conserva até hoje é oriundo de seu discurso de autolegitimação (GOMES, 2009). Esse o coloca como peça fundamental da democracia, defensor do interesse público e também fonte confiável para se obter informações, dada sua rotina produtiva e o alegado compromisso com a verdade.

Tal constatação resulta na importância de toma-lo enquanto objeto de estudo. De modo similar a outros campos sociais, como as artes, a ciência, a religião, entre outros, o jornalismo é um dos principais produtores e reprodutores das normas que regem os modos de vida na sociedade.

1. De que pós-humanismo estamos falando?

Adentrar o universo da discussão do pós-humanismo exige reservas quanto ao sentido de muitos termos e principalmente sobre quais tópicos servem de fundamento para estudar a temática. Central ao debate é a noção do que é considerado humano em nosso mundo contemporâneo.

Para tanto, há de se questionar o conceito de humano até então. Partem desse ponto as reflexões sobre quais as fronteiras sobre a noção de humanidade: a partir da concepção humanista fundada com a modernidade, é aquela reservada às suas diferenças biológicas a outros tipos de corpos como os animais e os aparatos tecnológicos e cibernéticos. Esses são os protagonistas da implosão do ser humano enquanto corpo biológico dotado de capacidades racionais.

⁶ Que demonstram serem os sites noticiosos mais acessados aqueles pertencentes aos grandes grupos de comunicação que já eram populares com suas mídias tradicionais, como impressos e redes de TV.



Santaella (2007, p.133) cita um dos autores clássicos do campo, Robert Pepperel, para expor três sentidos mais comuns para o termo pós-humano: 1. O momento de encerramento da fase conhecida pelo desenvolvimento social, o humanismo; 2. Indica intensas transformações sobre nossa visão do que se constitui o humano; 3. A convergência entre organismos e tecnologias de modo que eles não mais sejam distinguíveis.

Os três sentidos estão inerentemente interligados e representam, na verdade, camadas e profundidades com que o tema do pós-humanismo pode ser discutido. A ideia de que existe um momento de ruptura com a fase humanista anterior advém da percepção de que inúmeras transformações estão ocorrendo na sociedade, principalmente em conceitos que fundam grande parte do conhecimento ocidental. Em geral, eles giram em torno de um centro: o ser humano.

Quer seja moderno o humanismo de que se fala, portador de um projeto político e ético que se legitima em torno da ideia de consciência livre e autônoma, quer se trate de um humanismo greco-latino, que elabora a estreita relação entre a condição humana e o logos, viveríamos um momento de ruptura. Segundo esse tipo de abordagem, identificar o que seja o humanismo, dizer dentro dessa tradição o que é o ser humano, não constituiria uma dificuldade. Mais fácil ainda seria negar aquilo que o humanismo identifica como a essência do humano, negar a relação dessa essência com um corpo humano, negar a própria ideia de corpo humano (...) (FERREIRA 2004, p.32).

Felinto (2006, p.110) procura contrapor as conceituações do pós-humanismo do meio acadêmico com aquelas produzidas pelas narrativas virtuais da internet. Apesar de ter como hipótese a tendência de que os estudos sobre pós-humanismo são formados basicamente pela “excessiva proximidade entre o imaginário tecnológico contemporâneo e as análises críticas da tecnocultura digital”, ele identifica na verdade um significativo potencial crítico nas discussões, principalmente naquelas que se referem às dimensões políticas do pós-humano.

Num esforço de mapear esses sentidos, o autor aponta como três dos principais filosofemas pós-humanistas as noções centrais de trans-humanismo, a imaterialidade do caráter informacional da mente humana e a visão de mundo cibercultural. Porém, os autores (HAYLES, 1999; FELINTO, 2006; RUDIGER, 2007; SANTAELLA, 2007) fazem ressalvas quanto às implicações éticas, sociais e culturais dessas concepções para a humanidade. Apesar de serem bastante significativas para o contexto atual e ter inúmeras implicações no reconhecimento do ser humano, reservas são feitas quanto à maneira com que esse raciocínio reproduz padrões humanistas da subjetividade do indivíduo.



No ambiente acadêmico norte-americano, o pós-humanismo converteu-se num dos temas mais candentes dos últimos anos. Isso porque algumas de suas formulações tocam em problemas bastante caros à tradição filosófica Ocidental: o questionamento do humanismo e seu modelo de subjetividade centrada; a problematização das tradicionais noções da identidade unificada; a reformulação de importantes ideias sobre as relações do homem com seus aparatos tecnológicos. (...) O pós-humanismo representaria um fenômeno cultural que reflete o esgotamento, denunciado pela reflexão teórica contemporânea, das noções tradicionais de humanidade e subjetividade (...).

Nos pós-humanismos não-reflexivos, contudo, o humanismo continua constituindo-se como tema central. Como afirmamos anteriormente, esse tipo de pós-humanismo acaba sendo, no fim das contas, uma espécie de “super-humanismo”. (...) Nesse super-humanismo, a figura humana ainda aparece em suas feições tradicionais, como senhora absoluta da técnica e da natureza. Questões políticas importantes, como as da exclusão digital e do domínio do know-how tecnológico pelas nações ricas, desaparecem inteiramente em discursos nos quais a ciência surge como instrumento de verdade e salvação, e o mercado, como realidade natural e benfazeja (FELINTO, 2006, p. 120-121).

Deixa-se claro que o tipo de pós-humanismo tratado neste artigo e o questionamento realizado em seu início se refere ao questionamento das concepções dadas até então pelo humanismo. Por isso, é importante perguntar que tipo de fronteiras do corpo biológico serão ultrapassadas a partir dos avanços da tecnociência e da hibridização homem-máquina. Além disso, é relevante também problematizar as implicações filosóficas que isso gera para a humanidade como um todo e os conceitos em disputa sobre ela.

Ferreira (2004) realiza, a partir de uma abordagem filosófica, uma revisão sobre o conceito de humanismo. À luz de autores como Heidegger, Sloterdijk e Foucault, o autor apresenta a leitura crítica realizada por eles acerca do tema. Tendo especialmente a ambiguidade do humano enquanto sujeito e objeto do campo de pesquisa, Ferreira enxerga problemas e limitações numa forma moderna de se fazer ciência.

Ao constituir indivíduos como sujeitos e, ao mesmo tempo, objetos do poder, essa tecnociência parece retirar-se do terreno das coisas humanas. Precisamente pelo fato de não pensar a essência da técnica, seu modo de abrir-se ao mundo e de constituí-lo, o humanismo moderno limita nossas possibilidades existenciais. Esse é o preço do tipo de antropocentrismo que a modernidade instaura. As questões que ainda são possíveis de ser formuladas devem restringir-se, pois, ao terreno da administração, da eficiência sempre inercial diante do mundo dado. E esse mundo é dado porque foi concebido de antemão como coisa disponível, como terreno de afirmação de nossa vontade controladora. Sob essa



perspectiva, obviamente, é possível pensar que nossos engajamentos técnicos possam ser reduzidos a um número delimitado de regras que, por seu turno, podem ser traduzidas em um aparato cibernético. O pós-humanismo, nesse caso, é um hiper-humanismo. (FERREIRA, 2004, p. 38)

Ou seja, a ciência moderna toma essa prática ambígua do humano enquanto sujeito e objeto de pesquisa. Porém, ela não questiona a técnica e as implicações das concepções acerca do humano nessa elaboração. Assim, termina por se condenar a um encerramento no humanismo. Desse modo, o que algumas correntes do pós-humanismo realizam é uma apropriação das noções surgidas do humanismo moderno de maneira a potencializá-las e se transformam num hiper-humanismo.

Tal discussão é ainda mais aprofundada por Haraway (1993; 1995; 2004; 2009), que aponta essas mesmas “falhas” relatadas acima. Porém, no contexto de sua teoria feminista, ela propõe justamente o rompimento com o humanismo e a ciência moderna. Ela condena o fazer científico que se alega objetivo e imparcial, mas é fundado em uma matriz de pensamento androfalocêntrica que põe enquanto sujeito humano ideal e representante da humanidade o homem europeu, branco e heterossexual.

Haraway (2004) vai desconstruir todo o aparato da objetividade da ciência moderna a partir da figuração do testemunho modesto – o homem pesquisador que pertence à cultura da não cultura, aquele que se torna imparcial e invisível no campo de pesquisa e permite seu olhar não contaminador do objeto.

Figuração é rearrumar o palco para possíveis passados e futuros. Figuração é o modo de teoria em que as retóricas mais ‘normais’ de análise crítica sistemática parecem apenas repetir e manter nosso aprisionamento nas histórias das desordens estabelecidas. Humanidade é uma figura modernista; e essa humanidade tem uma face genérica, uma forma universal. A face da humanidade tem sido a do homem. A humanidade feminista precisa ter outra forma, outros gestos; mas, creio, precisamos ter figuras femininas de humanidade. Não podem ser homem ou mulher; tampouco o ser humano como a narrativa histórica apresentou esse universal genérico. As figuras feministas, finalmente, não podem ter nome; não podem ser nativas. A humanidade feminista deve, de algum modo, resistir à representação, à figuração literal, e também explodir em poderosos novos tropos, novas figuras de discurso, novas viradas de possibilidade histórica. Para esse processo, no ponto crítico de inflexão em que todos os tropos dão outra virada, precisamos de oradores extáticos (HARAWAY, 1993, p. 277).

É a partir dessa noção de figuração enquanto ferramenta desconstrutora das narrativas sobre a realidade que a autora elabora suas proposições teóricas, inclusive a mais famosa, a do ciborgue. Tomando como



exemplo a narrativa em torno do experimento com a bomba de vácuo elaborada por Boyle no século XVII, Haraway (2004, p.224) denuncia todo o aparato que compõe o testemunho modesto e a maneira com que tal figuração excluiu do campo científico uma grande parcela da humanidade.

Conforme ela explica, o experimento de Boyle proporcionou a criação de três tecnologias constituidoras desse novo modo de vida científico: uma tecnologia material, referente a construção e operação da máquina; uma tecnologia literária, que permitia que o fenômeno não presenciado diretamente pudesse ser conhecido por outros cientistas; e uma tecnologia social, responsável por incorporar as convenções necessárias para esses cientistas lidarem com os conhecimentos elaborados entre si.

Haraway continua, ao longo do texto, denunciando a maneira como as mulheres, mesmo quando tinham uma participação ativa no campo científico, não possuíam o status de testemunha modesta, mas sim eram invisíveis – ao estarem presentes nos ambientes mas não serem reconhecidas. Assim, conforme explica a autora, as mulheres eram invisibilizadas em duas instâncias: física e epistemológica.

(...) Exauridas de agência epistemológica, as mulheres modestas eram para ser invisíveis aos outros no modo de vida experimental. O tipo de visibilidade – o corpo - que as mulheres mantinham passa a ser percebida como "subjetiva", isto é, relacionada apenas ao self, como tendenciosa, opaca, não objetiva. A agência epistemológica dos cavalheiros envolvia um tipo especial de transparência. Trabalhadores marcados pela cor da pele ou pelo sexo ainda têm um longo caminho a percorrer para se tornarem semelhantemente transparentes para que sejam considerados como objetivos, testemunhas modestas para o mundo, em vez de "polarizados" ou "interesseiros."⁷ (...) (HARAWAY, 2004, p.231-232).

Apropriando-se de mais uma figuração, dessa vez a da visão, Haraway (1995) propõe uma nova forma de produzir conhecimento através dos saberes localizados. Ela acredita ser uma maneira original e mais objetiva de se fazer ciência do que o discurso científicista que persiste na academia desde o início da modernidade. Para a autora, a promessa da objetividade científicista, que não enxerga as tecnologias que formam e sustentam essa prometida objetividade, apenas perpetua uma prática acadêmica que não se responsabiliza pelas consequências políticas, sociais e culturais de suas produções e nem é chamada a prestar contas fora de seu círculo, visto que é considerada neutra, invisível, parte da cultura dos sem cultura, imparcial.

⁷Todas as citações de obras estrangeiras foram traduzidas pelo autor.



(...) de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Portanto, fica claro que a noção desenvolvida por Haraway é a que mais se aproxima de uma resposta à pergunta elaborada no início deste trabalho: por que algumas vidas parecem ser mais importantes que outras nas coberturas jornalísticas? Essa aproximação se dá porque a proposta de Haraway propõe um olhar desconstrutor sobre as normas que regem a nossa sociedade – é enxergando de maneira não inocente, conforme ela defende, que é possível explicitar o modo como o humanismo estruturou o pensamento delegando a uns sujeitos privilégios (a testemunha modesto é um deles), enquanto outros grupos sociais, humanos, foram marcados pela diferença sexual, étnica, de cor, de gênero.

2. Entre ciborgues e vidas vulneráveis

Para Haraway (1993, p. 279), a possibilidade de deslocamento e desmembramento dos discursos sobre o ser surgem como uma possibilidade do pós-humanismo. Seria a fabricação de si mesmo e um rompimento com a humanidade (exclusiva/excludente) imposta pela modernidade a alguns corpos.

Em mais uma de suas figurações, Haraway (1993) analisa a narrativa de Jesus, o símbolo fundante da religião cristã, e Sojourner Truth, ex-escrava negra e ativista. O objetivo da autora é comparar duas figuras, em dois momentos históricos distantes que encontram em comum o ideal moderno e humanista.

Um compõe um dos sustentáculos dessa matriz, a base do cristianismo que muito influenciou e ainda influencia a sociedade. A outra é um produto desse ambiente social. Por sua localização e experiência de vida particular, Truth surge como uma figura potencialmente desconstrutora desse ideal e, ao mesmo tempo, com uma narrativa similar, conforme demonstra Haraway.



Sojourner Truth, em seu discurso “E eu não sou uma mulher?”, expõe uma reafirmação de que é uma mulher, mesmo rompendo com todas as características do que era ser uma mulher em meados do século XIX, por ser uma escrava liberta, assim como questionava se ela era de fato uma mulher e levantava a dúvida: o que é ser mulher, então?

Sojourner Truth (...) abordou o problema do gênero de Jesus – cuja condição masculina fora usada por um importuno, um pastor protestante, como argumento contra direitos femininos. Sojourner Truth observou sucintamente que o homem nada tinha a ver com Jesus; nascera de Deus e de uma mulher. Pilatos não era aquele juiz indeciso e evasivo do pregador errante: mas outro homem autorizado pelos poderes hegemônicos de sua civilização para substituí-lo. Esse homem branco e livre agiu muito mais assertivamente que o burocrata colonial do Império Romano, que os sonhos da esposa haviam atormentado sobre seu estranho prisioneiro. O disposto substituto de Pilatos, um irado médico branco, falava em protesto contra o discurso dela, e exigiu que ela provasse que era mulher, mostrando os seios às mulheres da plateia. A diferença (entendida como as marcas divisórias de autenticidade) reduziu-se à anatomia; mas ainda mais objetivamente, a exigência do médico articulava a lógica racista/sexista que tornava a própria carne da pessoa negra no Novo Mundo indecifrável, duvidosa, deslocada, confusa – agramatical. (...) O discurso de Truth era duplamente dúbio; ela era fêmea e negra; não, está errado – era uma fêmea negra, uma mulher negra, não uma substância coerente com dois ou mais atributos, mas uma singularidade oximórica, que representava toda uma humanidade excluída e perigosamente promissora. A linguagem do corpo de Sojourner Truth era tão eletrizante quanto a de seu discurso. E ambas se entrelaçavam em cascatas de questões de origens, autenticidade e generalidade ou universalidade. Essa Truth é uma figura de não originalidade, mas ela/ele não é derrideana. Ela/ele é trindhiana, ou talvez wittigiana, e a diferença importa (HARAWAY, 1993, p.283-284).

Sojourner Truth é um exemplo da figuração ciborgue corporificada. O ciborgue faz referência ao ser híbrido organismo biológico-máquina. Porém, para além de sua materialidade física na realidade ou nas obras de ficção científica, a apropriação que a autora faz dessa figura do pós-humanismo diz respeito ao impacto que ela causa nas bases da modernidade.

O poder do ciborgue pode ser exemplificado através de Truth porque ela faz uma produção discursiva (mesmo que apenas oral) que interfere nessa realidade. Haraway coloca a capacidade da “escrita” em si como uma ferramenta do ciborgue, em que ele se apropria desse poder de marcar, que foi utilizado sobre ele. No caso de Truth seu discurso oral também pode ser considerado esta “escrita”. No contexto do manifesto de Haraway, a escrita se refere ao próprio ato de escrever,



porém também simboliza esse poder de se apropriar de uma ferramenta antes negada a este ser cuja humanidade não era reconhecida:

(...) A escrita tem um significado especial para todos os grupos colonizados. A escrita tem sido crucial para o mito ocidental da distinção entre culturas orais e escritas, entre mentalidades primitivas e civilizadas. Mais recentemente, essas distinções têm sido desconstruídas por aquelas teorias pós-modernas que atacam o falocentrismo do ocidente, com sua adoração do trabalho monoteísta, fálico, legitimizado e singular – o nome único e perfeito. Disputas em torno dos significados da escrita são uma forma importante da luta política contemporânea. Liberar o jogo da escrita é uma coisa extremamente séria. A poesia e as histórias das mulheres de cor estadunidenses dizem respeito, repetidamente, à escrita, ao acesso ao poder de significar; mas desta vez o poder não deve ser nem fálico nem inocente. A escrita-ciborgue não tem a ver com a Queda, com a fantasia de uma totalidade que, “era-uma-vez”, existia antes da linguagem, antes da escrita, antes do Homem. A escrita-ciborgue tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras (HARAWAY, 2009, p.86).

Para Haraway (2009, p.36-37), desde o final do século XX, todas as pessoas são ciborgues: seres híbridos teóricos e fabricados a partir de máquina e organismos. Determinador da política, o ciborgue é uma imagem que aglutina imaginação e realidade material que, quando conjugados, ainda segundo a autora, guardam o potencial de transformar a história. Para ela, o cenário de disputas entre fronteiras dos binários construídos pelo humanismo é justamente onde estão localizadas os alvos que estão em jogo: o poder de produção, reprodução e imaginação.

Para fazer sua análise, a autora afirma que três rompimentos de fronteiras aconteceram na sociedade contemporânea e a permitiram chegar a tais conclusões: a fronteira entre o humano e o animal; a distinção entre humano-animal-organismo e máquina; a quebra entre o físico e o não físico. Todas relacionadas às questões levantadas na primeira seção deste artigo e que dizem respeito ao pós-humanismo.

O mito ciborgue elaborado por Haraway também é uma crítica ao próprio movimento feminista (seja em sua vertente ativista ou acadêmica). Conforme ela aponta, o movimento se restringia ao essencialismo identitário da mulher apenas a partir da definição sexual do corpo feminino, assim possuía dificuldade de incluir grupos interseccionais como as mulheres negras ou imigrantes.



Mais além, para Haraway (1993; 1995; 2004; 2009), o feminismo não deve consistir apenas em um agrupamento identitário. Ele deveria extrapolar seus limites e ser instrumentalizado enquanto crítica acadêmica e política dos padrões que normatizam e formam as hierarquias entre as identidades, principalmente aqueles oriundos do androcentrismo, como o machismo, o racismo, o cientificismo e o patriarcado.

(...) O ciborgue é um tipo de eu – pessoal e coletivo – pós-moderno, um eu desmontado e remontado. Esse é o eu que as feministas devem codificar.

As tecnologias de comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos. Essas ferramentas corporificam e impõem novas relações sociais para as mulheres no mundo todo. As tecnologias e os discursos científicos podem ser parcialmente compreendidos como formalizações, isto é, como momentos congelados das fluidas interações sociais que as constituem, mas eles devem ser vistos também como instrumentos para a imposição de significados. A fronteira entre ferramenta e mito, instrumento e conceito, sistemas históricos de relações sociais e anatomias históricas dos corpos possíveis (incluindo objetos de conhecimento) é permeável. Na verdade, o mito e a ferramenta são mutuamente constituídos.

Além disso, as ciências da comunicação e as biológicas modernas são construídas por uma operação comum – *a tradução do mundo em termos de um problema de codificação*, isto é, a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca (HARAWAY, 2009, p.63-64).

No explicativo trecho citado acima, torna-se perceptível a abrangência do potencial reservado à figuração ciborgue realizada por Haraway. Também é possível delinear alguns questionamentos metodológicos quanto ao próprio trabalho proposto por esse artigo: poderia ser o jornalismo submetido a essa “desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca” de que a autora se refere acima?

Conforme vimos teoricamente, grande parte da cobertura resulta dos critérios de noticiabilidade constituídos de valores-notícia. Também resultam dos enquadramentos gerados por processos de produção e reprodução discursiva. Tanto os valores-notícias quanto os enquadramentos são originados das matrizes culturais e sociais (SEIXAS e FRANCISCO, 2014). Por isso, o jornalismo tem esse potencial de transformação do campo.

Exemplo empírico, embora não analisado academicamente, é o caso relatado no início quanto aos atentados: a participação dos leitores no questionamento sobre a diferença entre as coberturas é



agência modificadora da estrutura jornalística porque as mídias iniciam um processo de produção discursiva, seja noticiosa ou analítica, acerca também da questão.

Haraway (2004, p. 238) cita o relato da socióloga e etnógrafa Susan Leigh Star, que possuía uma incomum alergia à cebola que gerava descrença nas pessoas. Ao utilizar o exemplo para problematizar a ciência e a tecnologia, ela observa que as normas podem ao mesmo tempo facilitar a vida de uns e dificultar a vida de outros. Assim como também fortalecem ou marginalizam identidades.

(...) Estabilidade “pública” para alguns é sofrimento “privado para outros”; auto-invisibilidade para alguns está no páreo de invisibilidade pública para os outros. (...) Eu acredito que essas coberturas revelam a estrutura gramatical de “gênero”, “raça”, “classe”, e as tentativas desajeitadas de categorização tentam de maneira similar nomear como o mundo é vivenciado pelos que estão fora do padrão (...) (HARAWAY, 2004, p. 238).

Em complemento a figuração ciborgue e a problematização levantada por Haraway como forma de nos auxiliar a refletir sobre a questão norteadora deste texto, faz-se agora uma breve introdução acerca das ideias de Butler (2004)⁸. O foco de Haraway é discutir a condição humana de uma maneira profunda a partir de figurações das narrativas sociais. Já Butler realiza uma abordagem mais direta através do tensionamento provocado por acontecimentos de grande impacto e apelo midiático junto à opinião pública e à sociedade de modo geral.

Butler (2004) inicia sua discussão tomando como ponto central a guerra. E seu recorte se refere à reação dos Estados Unidos aos atentados terroristas de 11 de setembro. O objetivo do ensaio da autora é apontar caminhos para compreender porque algumas vidas parecem ser mais dignas de luto que outras.

Tal raciocínio é motivado pela maneira com que o jornalismo americano, segundo ela, parece ter adotado, à época, a campanha do governo de invasão ao país inimigo diante do choque de terem sua soberania e segurança violada com o ataque. Isso seria representado tanto pelos discursos quanto pela invisibilidade das mortes, causadas pelo seu país em terras estrangeiras em decorrência da Guerra ao Terror, nas páginas dos jornais.

Para refletir sobre isso, Butler (2004, p.20) parte da ideia de vulnerabilidade, de luto da perda e da exposição à violência. Para a autora, a existência de um “nós” implica numa vulnerabilidade mútua

⁸ A autora desenvolve mais os conceitos no livro *Frames of war* (2009).



entre os seres humanos e parece fazer parte da constituição humana desde sua origem, assim como da ligação entre eles.

Ao citar Freud, ela explica que o luto é um período em que o indivíduo sofre uma perda e passa por uma transformação. A melancolia sentida é resultado do desconhecimento de algo existente na pessoa perdida. Butler (2004) sugere que a transformação é fundada pela relacionalidade entre o “Eu” que fica e o “Você” que se perde. Ou seja, havia algo na pessoa perdida que fazia parte de quem o enlutado era. A perda interfere em quem ela virá a ser. Tal laço forma um “nós” que compõe mutuamente cada uma das individualidades envolvidas na relação.

Butler (2004, p.22-24) defende que tal processo envolve um senso político de comunidade de uma ordem bastante complexa. Ele implica na reflexão acerca da dependência fundamental a partir desses laços humanos e também numa responsabilidade ética. Ela acredita que o luto, tal como o desejo e a sexualidade e o gênero, envolve um processo de desapropriação de si mesmo, uma vez que ninguém “é” para si (no sentido ontológico de ser), mas para o outro e em virtude do outro.

Para ela, é possível que os laços entre vulneráveis formem uma comunidade com base na relacionalidade. A partir daí, seria possível adquirir contornos políticos. Exemplos são grupos que reivindicam o domínio e a integridade sobre seus corpos, assim como sua autodeterminação identitária. Eles muitas vezes se unem na luta para o fim da discriminação e violência às quais são vulneráveis.

Quando defendemos a proteção contra a discriminação, argumentamos como um grupo ou classe. E, nesta língua e contexto, temos que nos apresentar como seres interligados - distintos, reconhecíveis, delineados, reconhecidos perante a lei, uma comunidade definida por algumas características comuns. Na verdade, temos de ser capazes de usar essa linguagem para garantir proteções legais e direitos. Mas talvez cometemos um erro quando nos apropriamos de definições de quem somos, legalmente, como descrições adequadas do que estamos a falar. Embora esta linguagem pode muito bem estabelecer a nossa legitimidade dentro de um quadro legal, abrigados nas versões liberais da ontologia humana, não faz justiça à paixão, dor e raiva, tudo o que nos rasga de nós mesmos, nos ligam aos outros, nos transporta e nos desfaz (...).

Não é fácil entender como uma comunidade política é forjada a partir de tais laços. Um fala, e fala para o outro, e mais outro, e ainda não há nenhuma maneira de entrar em colapso na distinção entre os outros e si mesmo. Quando dizemos "nós", fazemos nada mais do que designar esta problemática. Nós não a resolvemos. E talvez ela seja o que é e deve ser: insolúvel. Essa disposição de nós fora de nós mesmos parece seguir da materialidade da vida, a partir de sua vulnerabilidade e exposição (BUTLER, 2004, p. 24-25).



Diante dessa vulnerabilidade mútua, o corpo tem uma dimensão pública. Ao mesmo tempo em que pertence ao próprio indivíduo, também é do outro porque ele implica em “mortalidade, vulnerabilidade, agência”. Isso se dá porque desde o início da vida há uma impressão do exterior sobre si. Somente mais tarde ele vai reivindicar sua “autonomia”, sendo a própria noção de autonomia um conceito apreendido e sedimentado pela linguagem (BUTLER, 2004, p. 26-27).

Essa forma de imaginar uma comunidade, continua a autora, afirma a relacionalidade não apenas como um fato descritivo ou histórico de nossa formação, mas também como uma dimensão normativa de nossas vidas sociais e políticas. Tal imaginação nos obriga a fazer um balanço de nossa interdependência.

Butler (2004, p.32) diz também que as vidas são mantidas e ajudadas de maneira diferente pelo mundo. Certas vidas, conforme sugere a autora com base na cobertura jornalística americana sobre a guerra no Oriente Médio, são bastante protegidas. Às vezes, quando elas se encontram em risco, justifica-se mobilizar as forças da guerra. No entanto, outras vidas não irão achar tal suporte de maneira tão “rápida e furiosa” e nem mesmo serão qualificadas enquanto passíveis de luto.

Indentado

Não é que haja, simplesmente, um “discurso” de desumanização que produz esses efeitos, mas na verdade que há um limite para o discurso que estabelece os limites da inteligibilidade do humano. Não é apenas que uma morte é marcada de forma inexpressível, mas que é “inmarcável”. Essa morte desaparece, não no discurso explícito, mas nas elipses pelas quais procede o discurso público. As vidas “queer” que desapareceram no 11 de Setembro não foram reconhecidas publicamente pela ideia de identidade nacional construída nas páginas do obituário (...). Mas isso não deve ser visto como surpresa, quando pensamos como poucas mortes por AIDS foram publicamente lamentadas, e como, por exemplo, as mortes que ocorrem agora na África também são, na mídia, em grande parte “não marcáveis” e “não lamentáveis” (BUTLER, 2004, p. 35).

Da ideia relatada no trecho acima, de um silenciamento, de ausência da exposição e reconhecimento dessas vidas, é que reside o ponto central do argumento da autora. Ela propõe ser necessário questionar sob que condições a consideração de que uma vida é passível de luto é estabelecida e mantida, através de que lógica de exclusão e apagamento. A vulnerabilidade, ela explica, deve ser percebida e reconhecida para que haja um encontramento ético – e não há garantias de que ele possa ocorrer (BUTLER, 2004, p. 43).

Butler acredita ser possível que uma vida não seja reconhecida como vulnerável. Além disso, ela também pode ser constituída enquanto “não reconhecível”. Mas, de acordo com ela, quando a



vulnerabilidade é reconhecida, esse reconhecimento tem a capacidade de modificar a própria estrutura e o sentido da vulnerabilidade. A autora propõe a vulnerabilidade como pré-condição para a humanização. Assim, essa se constitui através de diferentes normas de reconhecimento. Tal raciocínio implica no argumento de que a vulnerabilidade é dependente das normas existentes de reconhecimento atribuíveis a qualquer sujeito.

Assim, quando dizemos que uma criança é vulnerável, isso é claramente verdade; mas é verdade, em parte, porque nossa enunciação decreta a condição de vulnerabilidade e assim mostra a importância do reconhecimento para sua sustentação. Realizamos o reconhecimento a partir do momento em que ele é reivindicado. E esta é uma boa razão ética para fazê-lo. Nós fazemos a reivindicação, no entanto, não apenas porque o reconhecimento não está garantido, mas precisamente porque nem sempre ele é honrado. A vulnerabilidade implica em outro significado a partir do momento em que é reconhecida, e tal ato guarda o poder reconstitui-la. (...) Este enquadramento, em que as normas de reconhecimento são essenciais para a constituição da vulnerabilidade como pré-condição do “humano”, é importante porque nós precisamos e queremos que essas normas sejam estabelecidas e que nós avaliemos suas operações em constante expansão (BUTLER, 2004, p. 43).

Ou seja, para a autora, o reconhecimento da vulnerabilidade, tal qual o gênero em seu empreendimento teórico, também se realiza através de um ato performativo de linguagem. Nessa perspectiva, compreender como normativas sociais regem essa enunciação ou não do ato de reconhecer a vulnerabilidade humana torna-se fundamental para se compreender sob que condições sociais algumas vidas são mais humanizadas do que outras na contemporaneidade.

3. Conclusão

Um trabalho que se proponha a pesquisar e compreender por que algumas vidas, aparentemente, têm mais importância que outras, pode encontrar no jornalismo um interessante e pertinente objeto de análise. Seja para elucidar a problemática, ou ao menos expor os discursos que constroem, reproduzem e sustentam tais diferenças.

Para isso, é importante mobilizar conceitos que deem conta do funcionamento do campo jornalístico e da maneira com que se estruturam suas rotinas produtivas. É relevante também compreender os gêneros jornalísticos e as propriedades e funções específicas do discurso jornalístico. Mais pertinente é apreender sua importância na composição da opinião pública e sua autonomia relativa do campo que, ao mesmo tempo que influencia, também sofre interferências de outros campos sociais (BOURDIEU, 1997).



Conforme foi apontado ao longo do trabalho, a figuração ciborgue de Haraway coloca o corpo do pós-humanismo numa posição de desconstrução identitária – o ciborgue é corpo que rompe com os binarismos hierarquizados que tentam normatizar as diferenças identitárias entre aquelas que estão acima ou abaixo no tecido social.

Desse modo, os discursos, entendidos enquanto desconstrutores do silêncio que oculta a vulnerabilidade de alguns, podem ser categorizados enquanto uma forma de escrita ciborgue, visto que interferem na estrutura de um campo social codificado pela modernidade – neste caso, o jornalismo.

Essencial para tal empreendimento também é tensionar o modo com que, em cada contexto relacionado a esses acontecimentos, tomados enquanto objetos de estudo a partir de seu enquadramento e agendamento nos produtos jornalísticos, os discursos produzem ou ocultam de maneira performativa a vulnerabilidade de alguns seres humanos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- BUTLER, Judith. Violence, mourning, politics. In: *Precarious life: the power of mourning and violence*. London/ New York: Verso, 2004. p. 19-49.
- FELINTO, Erick. A comunicação dos autômatos: sobre o imaginário do pós-humanismo na internet. *Revista Galáxia*, (11):107-124, 2006.
- FERREIRA, Jonatas. A condição pós-humana. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, (21):31-42, 2004.
- GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Série Jornalismo a Rigor. V.1. Florianópolis: Insular, 2009.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5):7-41, 1995.
- HARAWAY, D. O humano numa paisagem pós-humanista. *Revista Estudos Feministas*, (2):277-292, 1993.
- HARAWAY, D. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Eds). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.
- HARAWAY, D. MODEST_ WITNESS@SECOND _MILLENNIUM In: *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 2004, p. 223-250.
- HAYLES, N. Katherine. Conclusion: What Does It Mean to Be Posthuman? In: *How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature and informatics*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p. 283-291.
- McCOMBS, Maxwell. “A Look at Agenda-setting: past, present and future”. *Journalism Studies* 6(4):543-557, 2005.
- RUDIGER, Francisco. Breve história do pós-humanismo. *e-compós*, p. 1-17, 2007.



SANTAELLA, Lúcia. Pós-Humano, por que? *Revista USP* (74):126-137, 2007.

SEIXAS, Lia; FRANCISCO, Eduardo. Como agenda-setting de atributos e enquadramento podem auxiliar na análise de critérios de noticiabilidade. Trabalho apresentado no *XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 3. ed. rev. 2012.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, V.II, 3. ed. rev. 2013.

